

SENHORES ACIONISTAS

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, da JSL Arrendamento Mercantil S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A JSL Arrendamento Mercantil S.A., tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. A Companhia, em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S.A., contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustentável do setor de transportes na economia brasileira.

A Companhia passou a operar na prestação de serviços de pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica, a partir de janeiro de 2016.

No final do exercício de 2016, o crédito total do sistema financeiro, incluindo operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 3.107 bilhões, com redução de 3,5% no ano. A relação crédito/PIB recuou para 49,3%, ante 53,7% no final de 2015.

O volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFN destinado

ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil), onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou a R\$ 162,8 bilhões, com redução de 11,4% em relação a 2015, enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou no final de 2016 a R\$ 82,2 bilhões, com redução de 10,6% em relação a 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, os Ativos totais da Companhia somaram a R\$ 92,9 milhões, crescimento de 370,0% em relação a 31 de dezembro de 2015, destacando-se: R\$ 15,9 milhões em Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras do Tesouro (LFT), R\$ 20,3 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e R\$ 49,8 milhões de Imobilizado de Arrendamento.

O valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2016, apurado segundo as regras do Banco Central do Brasil foi de R\$ 31,0 milhões, com crescimento de 342% em relação a 31 de dezembro de 2015.

O Patrimônio Líquido da Companhia montou a R\$ 17,9 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras e sociedades autorizadas a funcionar pelo BACEN devem manter

requisitos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades. O índice de Basileia foi calculado com base nas normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções CMN no 4.192 e 4.193/2013, além de legislação complementar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Índice de Basileia Nível I apurado pela Companhia foi de 22,2% (31 de dezembro de 2015 - 51,9%).

De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a JSL Arrendamento Mercantil S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

Barueri, 24 de março de 2017.
A DIRETORIA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2016		2015		PASSIVO	Nota Explicativa	2016		2015	
Circulante		38.259	7.029			Circulante		40.899	899		
Disponibilidades	4	428	45			Depósitos		14.572	-		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	20.296	615			Outros depósitos	9	14.572	-		
Aplicações no mercado aberto		19.055	-			Recursos de aceites e emissão de títulos		7.938	67		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.241	615			Letras de arrendamento mercantil	10	7.938	67		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	15.906	6.294			Outras obrigações		18.822	832		
Carteira própria		2.303	6.294			Fiscais e previdenciárias	12a	557	249		
Vinculados a prestação de garantias		13.603	-			Diversas	12b	18.265	583		
Operações de arrendamento mercantil		51	-			Exigível a longo prazo		33.671	6.555		
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	20.645	6.104			Recursos de aceites e emissão de títulos		10.416	-		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(20.342)	(6.038)			Letras de arrendamento mercantil	10	10.416	-		
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(252)	(66)			Outras obrigações		23.255	6.555		
Outros créditos	7	1.531	14			Fiscais e previdenciárias	12a	3.902	994		
Diversos		1.531	14			Diversas	12b	19.353	5.561		
Outros valores e bens		47	61			Patrimônio líquido		17.921	17.662		
Despesas antecipadas	23b	47	61			Capital de domiciliados no país	13	20.000	20.000		
Realizável a longo prazo		4.600	3.419			Prejuízos acumulados		(2.079)	(2.338)		
Operações de arrendamento mercantil		(293)	(79)								
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	23.659	7.375								
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(23.659)	(7.375)								
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6d	(293)	(79)								
Outros créditos		4.893	3.498								
Diversos	7	4.893	3.498								
Permanente		50.065	14.668								
Imobilizado de uso	8a	61	78								
Instalações, móveis e equipamento de uso		91	91								
Depreciação acumulada		(30)	(13)								
Imobilizado de arrendamento	8b	49.834	14.546								
Bens arrendados		53.199	15.034								
Superveniência de depreciação		14.874	3.958								
Depreciação acumulada		(18.239)	(4.446)								
Intangível	23c	170	44								
Ativos Intangíveis - Software		193	45								
Amortização acumulada		(23)	(1)								
Total do ativo		92.924	25.116			Total do passivo		92.924	25.116		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o 2º Semestre de 2016 e Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	
		Legal	Estatutária		Totais	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2014	20.000	528	90	(4)	-	20.614
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	4	-	4
Prejuízo	-	-	-	-	(2.956)	(2.956)
Reversão de reservas	-	(528)	(90)	-	618	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	20.000	-	-	-	(2.338)	17.662
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	259	259
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20.000	-	-	-	(2.079)	17.921
Saldos em 30 de junho de 2016	20.000	-	-	-	(2.455)	17.545
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	376	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20.000	-	-	-	(2.079)	17.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o 2º Semestre de 2016 e Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre		Exercício			2º semestre		Exercício	
	Nota explicativa	2016	2016	2015		Nota explicativa	2016	2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro		690	481	(5.071)	Contribuição social pagos		96	98	-
Ajustes ao resultado		3.893	5.134	640	Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		17.669	41.896	12.759
Depreciações de bens arrendados	6f e 8c	9.440	14.896	4.279	Aquisição / Baixas de imobilizado de arrendamento	8c	(17.225)	(38.554)	(12.938)
Depreciações e amortizações	16	25	39	13	Aquisição de imobilizado de uso	8a	-	-	(91)
Superveniência de depreciação	6f e 8c	(6.984)	(11.630)	(3.794)	Aplicações no intangível		(93)	(149)	(45)
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários	5	7	12	4	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(17.318)	(38.703)	(13.074)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	223	400	123	Captação por meio de recursos de emissão de títulos		2.670	16.940	60
Despesas de operações de captação no mercado		1.182	1.416	7	Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos		-	(69)	-
Outros		-	1	8	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		2.670	16.871	60
Variações de ativos e obrigações		13.086	36.281	17.190	Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa		3.021	20.064	(255)
Varição em títulos e valores mobiliários		(3.232)	(9.624)	7.079	Caixa e equivalentes de caixa no início do período		17.703	660	915
Varição de aplicação interfinanceira de liquidez		-	-	5.140	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	20.724	20.724	660
Varição em operações de arrendamento mercantil		(140)	(237)	(65)					
Varição de outras obrigações		13.456	31.556	5.078					
Varição em depósitos		2.848	14.572	-					
Varição em outros créditos		53	(99)	19					
Varição em outros valores e bens		5	15	(61)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN,

apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, aplicou de forma integral, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: 1. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; 2. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; 3. CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; 4. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes -

Demonstrações do Resultado para os 2º Semestre de 2016 e Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	2º semestre		Exercícios	
		2016	2016	2015	2015
Receitas da intermediação financeira		14.770	23.608	7.113	
Operações de arrendamento mercantil	6f	12.828	20.065	5.410	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	1.942	3.543	1.703	
Despesas da intermediação financeira		(10.845)	(16.712)	(4.409)	
Operações de captação no mercado	10	(1.182)	(1.416)	(7)	
Operações de arrendamento mercantil	6f	(9.440)	(14.896)	(4.279)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(223)	(400)	(123)	
Resultado bruto da intermediação financeira		3.925	6.896	2.704	
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.235)	(6.415)	(7.755)	
Receitas de prestação de serviços	14	4.723	8.395	63	
Despesas de pessoal	15	(1.976)	(3.881)	(2.703)	
Outras despesas administrativas	16	(5.586)	(10.563)	(4.995)	
Despesas tributárias	17	(457)	(822)	(141)	
Outras receitas operacionais	18	95	539	58	
Outras despesas operacionais	19	(34)	(83)	(57)	
Resultado operacional		690	481	(5.071)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		690	481	(5.071)	
Imposto de renda e contribuição social	20	(314)	(222)	2.115	
Ativo fiscal diferido, líquido		(314)	(222)	2.115	
Lucro líquido/(prejuízo)		376	259	(2.956)	
Lucro líquido/(prejuízo) por ação em circulação - em R\$ (Representado por 20 milhões de ações)		0,02	0,01	(0,15)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para o 2º Semestre de 2016 e Exercícios Findos em 30 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º semestre		Exercício	
		2016	2016	2015	2015
Receitas		19.365	32.142	7.111	
Intermediação financeira		14.770	23.608	7.113	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(223)	(400)	(123)	
Prestação de serviços	14	4.723	8.395	63	
Outras		95	539	58	
Despesas da intermediação financeira		(1.182)	(1.416)	(7)	
Operações de captação no mercado		(1.182)	(1.416)	(7)	
Insumos adquiridos de terceiros		(4.652)	(8.155)	(1.598)	
Serviços do sistema financeiro	16	(2.538)	(4.656)	(306)	
Serviços de terceiros	16	(1.268)	(1.890)	(325)	
Processamento de dados	16				

dimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias: • Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e • Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e) Operações de Arrendamento Mercantil - A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil. A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. g) Despesa antecipada - Representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência. h) Imobilizado de uso e de arrendamento - l) Imobilizado de uso - Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. II) Imobilizado de arrendamento - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 140/1984 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6f, 8b e c). i) Intangível - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. j) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. A Companhia não considerou os efeitos da alteração temporária da alíquota na apuração do crédito tributário. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): A Companhia avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não houve ativos sujeitos ao ajuste por impairment. l) Outros depósitos - São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos. m) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos - Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes: I - Ativos e Passivos Contingentes - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua

recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. A provisão constituída será suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. o) Outros Ativos e Passivos - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "pro rata" dia. p) Resultado por ação - O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações financeiras. q) Uso de estimativas - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. r) Eventos subsequentes - Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Table with 2 columns: 2016, 2015

(a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Tesouro Nacional – LTN; (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI; e (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - No "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento do papel. a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:
Table with 2 columns: 2016, 2015

(a) Vencimento do papel para 01 de março de 2020, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (b) Conforme Circular BACEN nº 3.681/2013, com nova redação dada pela Circular BACEN nº 3.705/2014, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos (vide nota 9). Para o ano de 2016, o percentual de alocação desses recursos é de 40%, todavia a Companhia, em 31 de dezembro de 2016, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e (c) Vencimento do papel para 01 de março de 2021, remunerada a uma taxa de 100% da Selic; b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:
Table with 2 columns: 2016, 2015

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"). c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários
Table with 2 columns: 2016, 2015

(2) Vide nota 4. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:
a) Composição da carteira de arrendamento mercantil
Table with 2 columns: 2016, 2015

Arrendamentos a receber – setor privado
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil
Imobilizado de arrendamento (nota 8b)
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados
- Depreciações acumuladas (nota 8b)
- Superveniência de depreciação (nota 8b)
(-) Valor residual garantido antecipado (nota 12b)
Valor presente das operações de arrendamento mercantil
Table with 2 columns: 2016, 2015

b) Composição da carteira por nível de risco e faixa de vencimento:
Table with 7 columns: Rating, AA, A, B, C, D, E, Total

(1) Provisão requerida com base na Resolução no 2.682/99 do CMN.

Rating AA A B C D E Total
Parcelas Vincendas - 13 16 17 32 - 78
Subtotal 13 16 17 32 - 78
01 a 60 - 259 275 209 20 - 763
61 a 90 - 122 132 88 10 - 352
91 a 180 - 314 360 265 19 - 958
181 a 360 - 648 656 482 52 - 1.838
Acima 360 - 1.856 1.480 1.674 52 - 5.062
Subtotal - 3.199 2.903 2.718 153 - 8.973
Total Geral - 3.212 2.919 2.735 185 - 9.051
PDD 2015 - 16 29 82 18 - 145
% PROVISÃO (1) - 0,5% 1,0% 3,0% 10,0% - 1,6%

c) Composição da carteira por setor econômico:
Table with 4 columns: 2016, 2015, Valor, %

Saldo do início do período 2016 2015
145 22
Constituição no exercício 400 123
Saldo no final do exercício 545 145
e) Recuperação e renegociação de créditos - Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não houve recuperação ou renegociação de créditos. A Companhia ainda não possui carteira de créditos renegociados. f) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil
Table with 2 columns: 2016, 2015

Receitas
Rendas de arrendamento mercantil 8.435 1.616
Superveniência de depreciação 11.630 3.794
Total da receita 20.065 5.410
Despesas
Depreciação de bens arrendados (14.896) (4.279)
Total da despesa (14.896) (4.279)
7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS
Table with 2 columns: 2016, 2015

Créditos tributários (nota 20b) 6.312 3.498
Antecipações salariais 2 11
Impostos e Contribuições a compensar 97 3
Outros 13 -
Total 6.424 3.512

8. IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO - a) Imobilizado de uso - Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Table with 5 columns: Taxa anual, Custo, Depreciação, 2016, 2015

b) Imobilizado de Arrendamento
Table with 2 columns: 2016, 2015

Veículos e Afins 47.981 14.118
Máquinas e Equipamentos 5.218 916
Depreciação Acumulada (18.239) (4.446)
Superveniência de Depreciação 14.874 3.958
Total (nota 6a) 49.834 14.546
c) Movimentação do imobilizado de arrendamento
Table with 2 columns: 2016, 2015

Saldo no início do período 14.546 2.093
Entradas / Baixas 38.554 12.938
Depreciação no exercício (nota 6f) (14.896) (4.279)
Superveniência de Depreciação no exercício (nota 6f) 11.630 3.794
Saldo no final do exercício 49.834 14.546
9. OUTROS DEPÓSITOS - Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos da emissão de cartões pré-pagos, uma vez que a partir de janeiro/2016 a Companhia passou a operar na prestação de serviços de pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica.
Table with 2 columns: 2016, 2015

Outros depósitos
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos 14.572 -
Total 14.572 -
10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS - Letras de Arrendamento Mercantil - LAM
Table with 5 columns: Remuneração ao ano, Valor da operação, Valor Contábil 2016, Valor Contábil 2015

01 a 30 dias - - -
31 a 180 dias - 2.121 2.346 -
181 a 360 dias 14,98% a 15,66% 5.210 5.592 67
Acima de 360 dias 14,08% a 16,14% 9.609 10.416 -
Total 16.940 18.354 67
As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 montou a R\$ 1.416 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 7).

11. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - A execução das atividades normais da Companhia acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue: • Ativos contingentes – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. • Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais - A Companhia não possui processos judiciais em aberto dessas naturezas.
12. OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e Previdenciárias
Table with 2 columns: 2016, 2015

Provisão para Impostos e Contribuições a pagar 128 -
Impostos e Contribuições a recolher 429 249
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (nota 20b) 3.902 994
Total 4.459 1.243
b) Diversas
Table with 2 columns: 2016, 2015

Credores por antecipação de valor residual - VRG (nota 6a) 19.160 5.561
Operações com cartões pré-pagos (1) 12.560 -
Antecipações para crédito em cartões pré-pagos (2) 4.610 -
Pessoal 290 228
Contas a pagar 621 284
Valores a pagar a sociedades ligadas 130 23
Outros 247 48
Total 37.618 6.144
(1) Valores a pagar por utilização de cartões pré-pagos; e (2) Valores a serem creditados aos portadores de cartões pré-pagos (nota 21).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2º semestre		
	2016	2016	2015
Rendas com cartões pré-pagos ⁽¹⁾	4.681	8.319	-
Operações de arrendamento mercantil	42	76	63
Total	4.723	8.395	63

⁽¹⁾ Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre		
	2016	2016	2015
Proventos	1.192	2.396	1.593
Encargos sociais	557	1.107	937
Benefícios	227	378	173
Total	1.976	3.881	2.703

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		
	2016	2016	2015
Serviços do sistema financeiro	2.538	4.656	306
Serviços de terceiros	1.268	1.890	325
Honorários da diretoria (21b)	768	2.090	3.073
Processamento de dados	468	863	683
Comunicações	230	406	2
Aluguéis	172	359	368
Publicações	28	81	97
Depreciação e amortização	25	39	13
Outras	89	179	128
Total	5.586	10.563	4.995

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre		
	2016	2016	2015
COFINS	359	650	111
PIS	58	105	18
ISS	40	67	7
Outras	-	-	5
Total	457	822	141

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		
	2016	2016	2015
Outras receitas financeiras	95	534	57
Outras	-	5	1
Total	95	539	58

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		
	2016	2016	2015
Associação de Classe	24	48	36
Variação cambial	2	11	-
Perdas com fraude	1	9	-
Outras	7	15	21
Total	34	83	57

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - a) A Sociedade está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	2016	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro	481	(5.071)
• Alíquota vigente em 31 de dezembro (nota 3i)	45%	45%
• Expectativa de crédito de acordo com a alíquota vigente (21b)	216	2.282
• Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes no exercício	(6)	(1)
• Outros valores	-	(166)
Total de Imposto de Renda e Contribuição social	(222)	2.115

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2015	Consti- tuição	Realização/ Reversão	31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	61	188	(8)	241
Provisão para publicação	20	27	(22)	25
Ajuste de Marcação a Mercado	-	5	-	5
Crédito tributário sobre diferenças temporárias	81	220	(30)	271
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.417	3.115	(491)	6.041
Total Crédito tributário (nota 7) ⁽²⁾	3.498	3.335	(521)	6.312
Obrigações fiscais diferidas ⁽¹⁾	(994)	(2.908)	-	(3.902)
Total Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	2.504	427	(521)	2.410

⁽¹⁾ Obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação. c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2016, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram

os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

Período	2016
2017	1.419
2018	806
2019	183
2020	1
2021	1
Total dos créditos tributários ⁽²⁾	2.410

⁽²⁾ Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 3.902, não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. Em 31/12/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic em de R\$ 2.095.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2016	2015	2016
	Ativo	Ativo	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)

Comissões a pagar				
JSL S/A	(7)	(23)	(21)	(18)
Movida Locação de Veículos S.A.	(118)	-	(219)	(2)
Ponto Veículos LTDA	(2)	-	(4)	(1)
Original Veículos LTDA	(3)	-	(6)	-

Antecipações para reembolso de despesas

JSL S/A e Controladas (4.599)	-	-	-	-
-------------------------------	---	---	---	---

Receita de prestação de serviços

JSL S/A e Controladas	-	-	4.439	-
-----------------------	---	---	-------	---

Aplicações em letras de arrendamento mercantil

JSL Holding Financeira Ltda	(16.826)	-	(1.326)	-
-----------------------------	----------	---	---------	---

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da remuneração dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve gastos com remuneração aos Administradores no montante de R\$ 2.090 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 3.073). **c) Benefícios Pós Emprego** - Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS - a) **Gestão de Riscos** - A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde: • São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações; • São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e • A carteira é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação. Os processos de gestão de riscos permeiam toda a instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil. O controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas. Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <http://www.jsleasing.com.br> - Gerenciamento de Riscos - Estrutura de Gerenciamento de Riscos. **b) Gerenciamento de Capital** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.988/2011, a Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Companhia, na avaliação da necessidade de capital para fazer face às operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita e atender as metas de crescimento das operações e a adequada manutenção da estrutura corporativa, estabelecidas no planejamento estratégico. A estrutura de Gestão de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes: • Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos; • Adotar

postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; • Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento; • Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores; e • Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos. **c) Gerenciamento de Risco Operacional** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas. **d) Gerenciamento de Risco de Mercado** - Define-se como Risco de Mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.464/2007, a possibilidade de ocorrência de perdas advindas de oscilações de preços e taxas de mercado, além de ausência de liquidez de instrumentos financeiros, que impactem no valor de registro das posições detidas com exposição ao risco. À esta definição se inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). A Gestão do Risco de Mercado envolve a classificação das posições detidas pela Companhia em Carteira de Negociação ou Não-Negociação, o controle do limite máximo de exposição, a criação de cenários de teste de estresse, o *back test* do modelo de gestão adotado e o estabelecimento de um plano de medidas contingenciais. **e) Gerenciamento de Risco de Crédito** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.721/2009, define-se como Risco de Crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. As exposições ao risco de crédito devem ser monitoradas com eficácia, de forma a permitir, com base em pontos de controle e relatórios quantitativos e qualitativos, acompanhar e avaliar a composição, a concentração dos riscos de crédito e a sua distribuição de acordo com as políticas e os limites estabelecidos, bem como os níveis de classificação de risco e a sua evolução, os níveis de atraso, renegociações, recuperações e provisionamentos. Todos os limites estabelecidos devem ser devidamente comunicados às áreas envolvidas, tornando-as também parte desta estrutura, no que tange ao seu cumprimento. No sentido de atender as premissas da Companhia de maneira tempestiva, são utilizados instrumentos de controle, tais como: Var da Carteira, Limite Máximo de Exposição ao Risco de Crédito por Grupo Econômico, Índice de Inadimplência, Provisão para Devedores Duvidosos, Classificação e Revisão Periódica de Clientes, Monitoramento de Exposição ao Risco de Crédito Indireto, Exposições sobre Estimativa de Valor de Mercado do Bem (Risco de Valor Residual), Monitoramento de Renegociações, Perdas e Recuperações de Crédito e Plano de Contingência. **f) Gerenciamento de Risco de Liquidez** - Define-se o Risco de Liquidez, de acordo com a Resolução CMN nº 4.090/2012, como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gestão de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos. **23. OUTRAS INFORMAÇÕES** - a) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos, essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (art. 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais. **b)** Outros valores e bens em 31 de dezembro de 2016 são representados por despesas antecipadas relativas a comissão sobre fiança bancária; **c)** Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*; **d)** Não há eventos subsequentes, que requeram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016; e **e)** Em 30 de janeiro de 2017, foi publicado a Resolução BACEN nº 4553, que estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil, para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Tendo o Banco Central do Brasil publicado a segmentação das instituições de acordo com o seu porte.

Diretoria
Osmar Roncolato Pinho Diretor Presidente
Carlos Roberto da Conceição - Contador - CRC 1SP 307638/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
JSL Arrendamento Mercantil S.A.
Barueri - SP

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras da JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação descrita na seção a seguir intitulada "Base para a opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva
A Companhia registra as operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas Explicativas 3.e, 3.h, 6 e 8). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no. 6.099/74, nas rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação descrita na seção intitulada "Base para a opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Concluirmos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão mencionada na seção intitulada "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador
CRC 1SP196161/O-8